

Dívida de Cr\$ 130 trilhões preocupa Senna

BRASÍLIA — No balanço da economia no 1.º semestre, o Banco Central destaca como único aspecto negativo o “brutal crescimento real da dívida federal, em títulos do Tesouro, junto ao p’ublico”. Ao fim de junho, a dívida atingiu Cr\$ 130 trilhões, com ritmo de expansão anual de 95,6 por cento, semelhante ao do 2.º semestre do ano passado.

O Diretor da Dívida P’ublica do Banco Central, José Julio Senna, manifestou-se “apavorado” com os resultados, considerando que revelam um “quadro dramático para a sociedade”.

• 4 JUL 1985

— Se o Governo não se dispuser a fazer cortes substanciais em suas despesas, para reduzir o déficit público e conter o crescimento da dívida — advertiu — o Brasil não vai sair dessa situação e a sociedade é que terá que pagar, através do au-

mento de impostos, agora ou no futuro.

Segundo ele, caso o déficit público continue a exigir uma venda líquida de Cr\$ 4 trilhões mensais em títulos neste segundo semestre, a dívida passará a representar, no fim do ano, 21,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), contra 11 por cento no fim do ano passado, o que considerou “um absurdo”.

O Chefe do Departamento Econômico do BC, Silvio Rodrigues Alves, que divulgou o balanço, manifestou-se, porém, otimista com as perspectivas da dívida pública, baseado em que o “pacote” de corte do déficit a ser anunciado pelo Governo, irá exigir a venda líquida adicional de apenas Cr\$ 3 trilhões de títulos no segundo semestre, contra Cr\$ 24 trilhões que seriam exigidos se nada fosse feito.

De acordo com as perspectivas otimistas de Silvio Rodrigues Alves, o Governo encontrará solução para fazer um corte de Cr\$ 44 trilhões em seu déficit de caixa — que é de Cr\$ 109 trilhões —, através “de um esforço fiscal”, incluindo-se redução nas despesas, das empresas estatais. Dessa forma, se compensaria o aspecto negativo ocorrido no primeiro semestre.

“O controle monetário alcançado no 1.º semestre derivou, basicamente, da colocação de títulos públicos federais, resultando em brutal crescimento real da dívida mobiliária junto ao público, razão pela qual se torna necessário, no segundo semestre, maior esforço fiscal, de modo a minimizar a utilização do “open market” no financiamento do déficit público, condição indispensável para a redução da taxa de juros”, observa o balanço do Banco Central.